

Brasília aceita 8 deputados

26 JUN 1984

DF - *Marcos Representação Política*

A cidade assiste passiva ao corte de três cadeiras no Senado

A certeza de que o Congresso Nacional aprovará o substitutivo do senador Aderbal Jurema, garantindo ao Distrito Federal o direito de eleger oito deputados federais, provocou uma tranqüilidade política no meio brasiliense que luta por conquistas mais amplas, como a eleição, também, de três senadores e até vereadores.

Isso é o que se constata diante das reduzidas manifestações populares pela representação política no Distrito Federal a apenas um dia da votação que dará a Brasília o direito de eleger seus representantes na Câmara dos Deputados. Situação, aliás, totalmente oposta a que se viu durante a votação da emenda Dante de Oliveira, quando a população saiu às ruas para gritar pelas **diretas já**, sendo reprimida pelas tropas que executavam as medidas de emergência.

As iniciativas com vistas à votação da emenda Figueiredo, na qual foi incluído um substitutivo do senador Aderbal Jurema concedendo à Brasília 8 representan-

tes na Câmara dos Deputados, ficaram por conta de alguns comitês suprapartidários de cidades-satélites, particularmente os de Taguatinga e Ceilândia. Os sindicatos de classe que sempre ocuparam a linha de frente na campanha pelas diretas, nas últimas semanas realizaram um trabalho de convocação de suas categorias bastante modesto, tendo como base a conversa de pé de ouvido. Somente algumas entidades vinculadas à Coordenação Sindical Unitária Independente ainda se aventuraram a fazer incursões no Congresso Nacional, onde pediram às lideranças partidárias empenho na aprovação também de representação no Senado para Brasília.

O Sindicato dos Bancários, conforme informou o seu presidente, Augusto Silveira de Carvalho, nos últimos dias teve de voltar suas baterias para forçar a aprovação do acordo com o Banco do Brasil por parte do Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS) e prepara, inclusive,

uma greve geral com vistas ao atendimento das reivindicações de categoria. Já o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, ao invés de distribuir panfletos nas obras, contentou-se em informar os associados que procuram as unidades das cidades-satélites sobre a votação de amanhã. A Associação dos Vigilantes, por sua vez, entrou em contato com algumas lideranças comunitárias e propõe-se a contribuir no processo de deslocamento de populares até o Congresso.

Apesar do pequeno trabalho de arregimentação em todo o Distrito Federal, o Comitê Suprapartidário vai realizar, a partir das 18:00 horas de hoje, um ato público pelas diretas e pela representação política na rampa do Congresso Nacional. A convocação está sendo feita, basicamente, pelos estudantes de escolas secundárias e da Universidade de Brasília. Participarão da manifestação líderes políticos, classistas e comunitários do Distrito Federal, parlamentares e represen-

tantes da Frente Municipalista Nacional.

DISCUSSÃO

A proposta do senador Aderbal Jurema, relator da Comissão Mista, concedendo à Brasília 8 vagas para deputado no Congresso Nacional está gerando algumas discussões e apreensões junto a dirigentes de partidos locais. Como o substitutivo do senador relativo a este ponto não está muito claro, alguns advogados estão interpretando que o Governo Federal pretende eleger deputados em Brasília com base na votação majoritária.

Pelas legislações brasileira, o deputado federal é eleito através da votação proporcional e cada partido ocupa um número de vagas dependendo do seu quociente eleitoral. Se a votação majoritária for usada no Distrito Federal, as legendas terão pouco peso e serão declarados vencedores os candidatos que obtiverem o maior número de votos, individualmente.